



Maio/2012

**Concurso Público para provimento de cargos de  
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado  
Especialidade Arquivologia**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'F06', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A**

**Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva - Redação**

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

**Economia religiosa**

Concordo plenamente com Dom Tarcísio Scaramussa, da CNBB, quando ele afirma que não faz sentido nem obrigar uma pessoa a rezar nem proibi-la de fazê-lo. A declaração do prelado vem como crítica à professora de uma escola pública de Minas Gerais que hostilizou um aluno ateu que se recusara a rezar o pai-nosso em sua aula.

É uma boa ocasião para discutir o ensino religioso na rede pública, do qual a CNBB é entusiasta. Como ateu, não abraço nenhuma religião, mas, como liberal, não pretendo que todos pensem do mesmo modo. Admitamos, para efeitos de argumentação, que seja do interesse do Estado que os jovens sejam desde cedo expostos ao ensino religioso. Deve-se então perguntar se essa é uma tarefa que cabe à escola pública ou se as próprias organizações são capazes de supri-la, com seus programas de catequese, escolas dominicais etc.

A minha impressão é a de que não faltam oportunidades para conhecer as mais diversas mensagens religiosas, onipresentes em rádios, TVs e também nas ruas. Na cidade de São Paulo, por exemplo, existem mais templos (algo em torno de 4.000) do que escolas públicas (cerca de 1.700). Creio que aqui vale a regra econômica, segundo a qual o Estado deve ficar fora das atividades de que o setor privado já dá conta.

Outro ponto importante é o dos custos. Não me parece que faça muito sentido gastar recursos com professores de religião, quando faltam os de matemática, português etc. Ao contrário do que se dá com a religião, é difícil aprender física na esquina.

Até 1997, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação acertadamente estabelecia que o ensino religioso nas escolas oficiais não poderia representar ônus para os cofres públicos. A bancada religiosa emendou a lei para empurrar essa conta para o Estado. Não deixa de ser um caso de esmola com o chapéu alheio.

(Hélio Schwartzman. **Folha de S. Paulo**, 06/04/2012)

1. No que diz respeito ao ensino religioso na escola pública, o autor mantém-se
- (A) esquivo, pois arrola tanto argumentos que defendem a obrigatoriedade como o caráter facultativo da implementação desse ensino.
  - (B) intransigente, uma vez que enumera uma série de razões morais para que se proíba o Estado de legislar sobre quaisquer matérias religiosas.
  - (C) pragmático, já que na base de sua argumentação contra o ensino religioso na escola pública estão razões de ordem jurídica e econômica.
  - (D) intolerante, dado que deixa de reconhecer, como ateu declarado, o direito que têm as pessoas de decidir sobre essa matéria.
  - (E) prudente, pois evita pronunciar-se a favor da obrigatoriedade desse ensino, lembrando que ele já vem sendo ministrado por muitas entidades.

2. Atente para estas afirmações:

- I. Ao se declarar um cidadão ao mesmo tempo ateu e liberal, o autor enaltece essa sua dupla condição pessoal valendo-se do exemplo da própria CNBB.
- II. A falta de oportunidade para se acessarem mensagens religiosas poderia ser suprida, segundo o autor, pela criação de redes de comunicação voltadas para esse fim.
- III. Nos dois últimos parágrafos, o autor mostra não reconhecer nem legitimidade nem prioridade para a implementação do ensino religioso na escola pública.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Pode-se inferir, com base numa afirmação do texto, que

- (A) o ensino religioso demanda profissionais altamente qualificados, que o Estado não teria como contratar.
- (B) a bancada religiosa, tal como qualificada no último parágrafo, partilha do mesmo radicalismo de Dom Tarcísio Scaramussa.
- (C) as instituições públicas de ensino devem complementar o que já fazem os templos, a exemplo do que ocorre na cidade de São Paulo.
- (D) o aprendizado de uma religião não requer instrução tão especializada como a que exigem as ciências exatas.
- (E) os membros da bancada religiosa, sobretudo os liberais, buscam favorecer o setor privado na implementação do ensino religioso.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente um segmento em:

- (A) *A declaração do prelado vem como crítica* (1º parágrafo) = o pronunciamento do dignitário eclesiástico surge como censura
- (B) *Admitamos, para efeitos de argumentação* (2º parágrafo) = Consignemos, a fim de especulação
- (C) *sejam desde cedo expostos ao ensino religioso* (2º parágrafo) = venham prematuramente a expor-se no ensino clerical
- (D) *onipresentes em rádios* (3º parágrafo) = discriminadas por emissoras de rádio
- (E) *não poderia representar ônus* (5º parágrafo) = implicaria que se acarretasse prejuízo



5. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto: O articulista da **Folha de S. Paulo**
- (A) propugna de que tanto o liberalismo quanto o ateísmo podem convergir, para propiciar a questão do ensino público da religião.
- (B) defende a tese de que não cabe ao Estado, inclusive por razões econômicas, promover o ensino religioso nas escolas públicas.
- (C) propõe que se estenda à bancada religiosa a decisão de aceitar ou rejeitar, segundo seus interesses, o ensino privado da religião.
- (D) argumenta que no caso do ensino religioso, acatado pelos liberais, não se trata de ser a favor ou contra, mas arguir a real competência.
- (E) insinua que o ensino público da religião já se faz a contento, por que as emissoras de comunicação intentam-no em grande escala.
- 
6. A concordância verbal está plenamente observada na frase:
- (A) Provocam muitas polêmicas, entre crentes e materialistas, o posicionamento de alguns religiosos e parlamentares acerca da educação religiosa nas escolas públicas.
- (B) Sempre deverão haver bons motivos, junto àqueles que são contra a obrigatoriedade do ensino religioso, para se reservar essa prática a setores da iniciativa privada.
- (C) Um dos argumentos trazidos pelo autor do texto, contra os que votam a favor do ensino religioso na escola pública, consistem nos altos custos econômicos que acarretarão tal medida.
- (D) O número de templos em atividade na cidade de São Paulo vêm gradativamente aumentando, em proporção maior do que ocorrem com o número de escolas públicas.
- (E) Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação como a regulação natural do mercado sinalizam para as inconveniências que adviriam da adoção do ensino religioso nas escolas públicas.
- 
7. *O Estado deve ficar fora das atividades de que o setor privado já dá conta.*
- A nova redação da frase acima estará correta caso se substitua o elemento sublinhado por
- (A) a que o setor privado já vem colaborando.
- (B) com as quais o setor privado já vem cuidando.
- (C) nas quais o setor privado já vem interferindo.
- (D) em cujas o setor privado já vem demonstrando interesse.
- (E) pelas quais o setor privado já vem administrando.
- 
8. (...) *ele afirma que não faz sentido nem obrigar uma pessoa a rezar nem proibi-la de fazê-lo.*
- Mantém-se, corretamente, o sentido da frase acima substituindo-se o segmento sublinhado por:
- (A) nem impor a alguém que reze, nem impedi-la de fazer o mesmo.
- (B) deixar de obrigar uma pessoa a rezar, ou lhe proibir de o fazer.
- (C) seja obrigar que uma pessoa reze, ou mesmo que o deixe de o praticar.
- (D) coagir alguém a que reze, ou impedi-lo de o fazer.
- (E) forçar uma pessoa para que reze, ou não fazê-la de modo algum.
- 
9. A pontuação está plenamente adequada no período:
- (A) Muito se debate, nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas; há quem não admita interferência do Estado nas questões de fé, como há quem lembre a obrigação que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (B) Muito se debate nos dias de hoje, acerca do espaço, que o ensino religioso deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas: há quem não admita interferência do Estado, nas questões de fé, como há quem lembre, a obrigação que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (C) Muito se debate nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso, deve ou não ocupar dentro ou fora das escolas públicas, há quem não admita interferência do Estado nas questões de fé, como há quem lembre a obrigação: que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (D) Muito se debate, nos dias de hoje, acerca do espaço que o ensino religioso deve, ou não, ocupar dentro, ou fora, das escolas públicas; há quem não admita interferência, do Estado, nas questões de fé; como há quem lembre a obrigação, que ele tem de orientar as crianças em idade escolar.
- (E) Muito se debate, nos dias de hoje acerca do espaço que o ensino religioso deve, ou não, ocupar dentro ou fora das escolas públicas: há quem não admita interferência do Estado, nas questões de fé, como há quem lembre, a obrigação, que ele tem de orientar as crianças, em idade escolar.
- 
10. Transpondo-se para a voz passiva a frase **Sempre haverá quem rejeite a interferência do Estado nas questões religiosas**, mantendo-se a correta correlação entre tempos e modos verbais, ela ficará:
- (A) Terá havido sempre quem tem rejeitado que o Estado interferisse nas questões religiosas.
- (B) A interferência do Estado nas questões religiosas sempre haverá de ser rejeitada por alguém.
- (C) Sempre haverá de ter quem rejeite que o Estado interferisse nas questões religiosas.
- (D) A interferência do Estado nas questões religiosas sempre tem encontrado quem a rejeita.
- (E) As questões religiosas sempre haverão de rejeitar que o Estado venha a interferir nelas.

**Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático**

11. Para fazer um trabalho, um professor vai dividir os seus 86 alunos em 15 grupos, alguns formados por cinco, outros formados por seis alunos. Dessa forma, sendo C o número de grupos formados por cinco e S o número de grupos formados por seis alunos, o produto C·S será igual a
- (A) 56.
  - (B) 54.
  - (C) 50.
  - (D) 44.
  - (E) 36.

12. Uma faculdade possui cinco salas equipadas para a projeção de filmes (I, II, III, IV e V). As salas I e II têm capacidade para 200 pessoas e as salas III, IV e V, para 100 pessoas. Durante um festival de cinema, as cinco salas serão usadas para a projeção do mesmo filme. Os alunos serão distribuídos entre elas conforme a ordem de chegada, seguindo o padrão descrito abaixo:

1ª pessoa: sala I

2ª pessoa: sala III

3ª pessoa: sala II

4ª pessoa: sala IV

5ª pessoa: sala I

6ª pessoa: sala V

7ª pessoa: sala II

A partir da 8ª pessoa, o padrão se repete (I, III, II, IV, I, V, II...). Nessas condições, a 496ª pessoa a chegar assistirá ao filme na sala

- (A) V.
  - (B) IV.
  - (C) III.
  - (D) II.
  - (E) I.
13. Em um determinado ano, o mês de abril, que possui um total de 30 dias, teve mais domingos do que sábados. Nesse ano, o feriado de 1º de maio ocorreu numa
- (A) segunda-feira.
  - (B) terça-feira.
  - (C) quarta-feira.
  - (D) quinta-feira.
  - (E) sexta-feira.



14. Em um torneio de futebol, as equipes ganham 3 pontos por vitória, 1 ponto por empate e nenhum ponto em caso de derrota. Na 1ª fase desse torneio, as equipes são divididas em grupos de quatro, realizando um total de seis jogos (dois contra cada um dos outros três times do grupo). Classificam-se para a 2ª fase as duas equipes com o maior número de pontos. Em caso de empate no número de pontos entre duas equipes, prevalece aquela com o maior número de vitórias.

A tabela resume o desempenho dos times de um dos grupos do torneio, após cada um ter disputado cinco jogos.

Equipe	Jogos realizados	Vitórias	Empates	Derrotas
Arranca Toco	5	3	1	1
Bola Murcha	5	2	0	3
Canela Fina	5	1	3	1
Espanta Sapo	5	1	2	2

Sabendo que, na última rodada desse grupo, serão realizados os jogos Arranca Toco X Espanta Sapo e Bola Murcha X Canela Fina, avalie as afirmações a seguir.

- I. A equipe Arranca Toco já está classificada para a 2ª fase, independentemente dos resultados da última rodada.
- II. Para que a equipe Canela Fina se classifique para a 2ª fase, é necessário que ela vença sua partida, mas pode não ser suficiente.
- III. Para que a equipe Espanta Sapo se classifique para a 2ª fase, é necessário que ela vença sua partida, mas pode não ser suficiente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.
- 
15. Em um edifício, 40% dos condôminos são homens e 60% são mulheres. Dentre os homens, 80% são favoráveis à construção de uma quadra de futebol. Para que a construção seja aprovada, pelo menos a metade dos condôminos deve ser a favor. Supondo que nenhum homem mude de opinião, para que a construção seja aprovada, o percentual de mulheres favoráveis deve ser, no mínimo,
- (A) 20%.
- (B) 25%.
- (C) 30%.
- (D) 35%.
- (E) 50%.

**Noções de Gestão Pública**

16. O processo de monitoramento de programas de governo pressupõe
- (A) o acompanhamento contábil da implantação do programa, com relatórios semanais.
  - (B) uma checagem diária das condições formais da organização, em termos de qualificação dos recursos humanos.
  - (C) o acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas.
  - (D) avaliações executadas por instituições externas, com pesquisas que procurem responder a perguntas específicas.
  - (E) a construção de indicadores, produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, que dão aos gestores informações sobre o desempenho de programas.
- 
17. Como uma das dimensões do Estado contemporâneo empreendedor, o princípio da desconcentração se efetiva por meio
- (A) da racionalização de custos de empresas públicas.
  - (B) da delegação de competências.
  - (C) da coordenação intersetorial de programas.
  - (D) do planejamento estratégico situacional.
  - (E) da reengenharia de processos na administração direta.
- 
18. Com relação às características inovadoras do Plano Plurianual – PPA no ciclo orçamentário brasileiro, considere:
- I. É aprovado por lei anual, sujeita a prazos e ritos ordinários de tramitação. Tem vigência do primeiro ano de um mandato presidencial até o último ano do respectivo mandato.
  - II. O PPA é dividido em planos de ações, e cada plano deverá conter indicadores que representem a situação que o plano visa a alterar, necessidade de bens e serviços para a correta efetivação do previsto, ações não previstas no orçamento da União e regionalização do plano.
  - III. Os programas não serão executados por uma unidade responsável competente, pois durante a execução dos trabalhos várias unidades da esfera pública serão envolvidas.
  - IV. O PPA prevê que sempre se deva buscar a integração das várias esferas do poder público (federal, estadual e municipal), e também destas com o setor privado.
  - V. Prevê a atuação do governo, durante o período mencionado, em programas de duração continuada já instituídos ou a instituir no médio prazo.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II, III e V.
  - (B) I e III.
  - (C) II, IV e V.
  - (D) III, IV, e V.
  - (E) II e IV.
- 
19. O estilo tradicional de direção (Teoria X) está apoiado numa concepção da natureza humana que enfatiza
- (A) o caráter egocêntrico dos homens e a oposição entre os objetivos pessoais e os objetivos da organização.
  - (B) o caráter naturalmente empreendedor e ativo dos homens quando motivados por objetivos organizacionais ambiciosos.
  - (C) a natureza independente, a predisposição ao autocontrole e facilidade ao comportamento disciplinado.
  - (D) a capacidade de imaginação e de criatividade na solução de problemas como atributo comum à maioria dos homens.
  - (E) a responsabilidade da administração em proporcionar condições para que as pessoas reconheçam e desenvolvam suas potencialidades.
- 
20. O comportamento ético na gestão pública exige que se valorize
- (A) a presteza acima da formalidade legal.
  - (B) a eficiência mais do que a eficácia.
  - (C) o consenso acima do conflito.
  - (D) o interesse público antes dos interesses privados.
  - (E) a impessoalidade contra a afabilidade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Como entidade estruturada de acordo com as circunstâncias contingentes de sua criação, o arquivo é um todo indivisível que os autores clássicos costumam designar

- (A) polianteia.
- (B) coleção.
- (C) *universitas rerum*.
- (D) miscelânea.
- (E) *negotiorum gestio*.

22. Em arquivologia, fundo fechado é aquele

- (A) cuja unidade produtora foi suprimida.
- (B) cujos documentos foram eliminados após microfilmagem.
- (C) que só contém documentos em suporte-papel.
- (D) em que os documentos não mantêm relações orgânicas entre si.
- (E) que reúne apenas documentos textuais.

23. A assinatura de testemunhas e os sinais de validação, com os quais se reitera a legalidade de um documento dispositivo, integram, na partição diplomática,

- (A) a sanção.
- (B) o preâmbulo.
- (C) a corroboração.
- (D) a titulação.
- (E) a precação.

24. Os acórdãos de um tribunal, em seu conjunto, formam o que se convencionou chamar de

- (A) processualística.
- (B) jurisprudência.
- (C) litispêndia.
- (D) prodigalidade.
- (E) constitucionalidade.

25. Dentre os serviços *on-line* prestados pelo TRT6, destaca-se o que permite ao cidadão, por meio de várias possibilidades de busca, inclusive por palavra-chave, o acesso a um conjunto padronizado de informações, que incluem número do processo, nome do redator, data de publicação, nome das partes, ementa e

- (A) decisão.
- (B) valor da causa.
- (C) caução.
- (D) fiança.
- (E) artigo.

26. Embora a literatura especializada apresente diferentes modelos de diagnóstico de arquivos, o balanço realizado por Julce Mary Cornelsen e Victor José Nelli enfatiza a importância do levantamento de dados sobre estrutura, funções e atividades do organismo produtor, sobretudo quando relacionados com

- (A) os serviços de atendimento ao público ali prestados.
- (B) o número de arquivistas que nele atuam.
- (C) os recursos destinados aos depósitos de arquivo.
- (D) o fluxo de informações que o permeiam.
- (E) a qualidade do acondicionamento dos documentos.

27. Atos, medidas e diligências que devem ser executados e cumpridos para o andamento de um processo constituem a chamada

- (A) ordenação cronológica.
- (B) codificação.
- (C) burocracia.
- (D) sucessão arquivística.
- (E) tramitação.

28. Segundo as regras de ordenação alfabética,

- (A) João da Cunha Faria precede João da Cunha.
- (B) Antônio de Moraes Sobrinho precede Antônio de Moraes.
- (C) Vicenta Cortés Alonso precede Heloísa Liberalli Bellotto.
- (D) Camilo Castelo Branco precede Ignácio de Loyola Brandão.
- (E) Supremo Tribunal Federal precede Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

29. A Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Arquivos, de 18 de outubro de 1995, dispõe sobre as medidas a serem observadas no encaminhamento de documentos para o arquivo intermediário e para o arquivo permanente, no âmbito das instituições públicas. Do instrumento descritivo que acompanha tais operações deve constar, entre outros dados, o nome da entidade responsável pela transferência ou recolhimento, isto é, do órgão de

- (A) triagem.
- (B) proveniência.
- (C) destino.
- (D) procedência.
- (E) reprografia.



**Instruções:** Para responder às questões de números 30 e 31 utilize a informação abaixo.

A Resolução nº 65 do Conselho Nacional de Justiça, de 16 de dezembro de 2008, instituiu, no âmbito do Poder Judiciário, a numeração única dos processos, composta por 6 campos obrigatórios, observada a estrutura NNNNNN-DD.AAAA.J.TR.OOOO.

30. O último campo é destinado ao registro

- (A) da unidade de origem.
- (B) do valor da operação.
- (C) do termo de outorga.
- (D) da data do ofício.
- (E) do código da obrigação.

31. No campo J, destinado a identificar o órgão ou segmento do Poder Judiciário, a Justiça do Trabalho recebeu o dígito

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6.

**Instruções:** Para responder às questões de números 32 e 33 considere a Resolução nº 67 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de 30 de abril de 2010, que edita a tabela de temporalidade de documentos unificada da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

32. Os prazos de guarda indicados

- (A) são calculados em número de meses.
- (B) não podem ser ultrapassados.
- (C) referem-se à fase corrente.
- (D) podem ser diminuídos pelos Tribunais Regionais.
- (E) são os mínimos a serem observados.

33. São de guarda permanente os processos de

- (A) reajuste salarial.
- (B) gratificação por tempo de serviço.
- (C) indenização por dano moral coletivo.
- (D) participação nos lucros ou resultados.
- (E) abandono de emprego.

34. Ao discorrer sobre a avaliação, Schellenberg faz referência aos documentos que constituem *testemunho da existência e das atividades do órgão* que os acumulou. Os valores inerentes a tais documentos são por ele chamados de

- (A) informativos.
- (B) probatórios.
- (C) históricos.
- (D) legais.
- (E) políticos.

35. No processo de avaliação, é importante considerar a condição sob a qual os direitos assegurados pelos documentos têm seus prazos de aquisição ou perda extintos. O termo jurídico que exprime tal condição é

- (A) alienação.
- (B) preempção.
- (C) prescrição.
- (D) sub-rogação.
- (E) consignação.

36. O documento emanado de autoridade pública, judicial ou administrativa, em virtude do qual deve ser cumprida a diligência ou medida que ali se ordena ou determina, é

- (A) a convocação.
- (B) o memorando.
- (C) o manifesto.
- (D) a convenção.
- (E) o mandado.

37. As considerações que antecedem os textos dos projetos de lei, para mostrar suas vantagens e justificar as medidas propostas, configuram a chamada

- (A) ordem de serviço.
- (B) instrução normativa.
- (C) carta declaratória.
- (D) exposição de motivos.
- (E) resolução de consulta.

38. Contrato e contrato temporário de trabalho são, do ponto de vista documental, respectivamente,

- (A) espécie e tipo.
- (B) gênero e forma.
- (C) *actio* e *conscriptio*.
- (D) suporte e formato.
- (E) invólucro e técnica de registro.

39. Admitindo-se o meio magnético como suporte, pode-se afirmar que fita e disco são exemplos de

- (A) gênero.
- (B) formato.
- (C) forma.
- (D) espécie.
- (E) tipo.

40. O princípio norteador da fixação de fundos de arquivos, segundo Heloísa Bellotto, é

- (A) temático.
- (B) numérico cronológico.
- (C) orgânico estrutural.
- (D) enciclopédico.
- (E) dígito-terminal.





41. Para dispor os documentos de arquivo de acordo com a estrutura organizacional da entidade produtora, utiliza-se
- (A) a relação de equivalência ou tabela de controle.  
 (B) o esquema de ordenação ou plano de arquivamento.  
 (C) o plano de destinação ou organograma.  
 (D) o inventário topográfico ou plano de armazenamento.  
 (E) o quadro de arranjo ou plano de classificação.
- 
42. O catálogo dos processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão (1963-1973) é fruto do projeto de "Organização e disponibilização dos processos trabalhistas da zona rural de Pernambuco", de iniciativa da Universidade Federal de Pernambuco, e figura no *síte* do TRT6. O instrumento de pesquisa, segundo seus organizadores, apresenta-se sob dois formatos: uma planilha, destinada a identificar os processos sucintos ou desprovidos de maiores informações, e fichas discursivas, para os processos mais extensos. Nesta última modalidade, os verbetes incluem, além da descrição do conteúdo de cada processo e do número que os identifica, campos próprios para o registro do
- (A) objetivo da ação e das palavras-chave.  
 (B) resultado da ação e dos nomes dos advogados.  
 (C) nome do reclamante e da profissão por ele exercida.  
 (D) nome do reclamado e da profissão por ele exercida.  
 (E) estado de conservação do documento e das condições de acesso.
- 
43. A característica que distingue o guia dos demais instrumentos de pesquisa é o fato de a descrição recair sobre
- (A) o documento.  
 (B) o fundo.  
 (C) o acervo.  
 (D) a prateleira.  
 (E) a informação.
- 
44. Por tomar como objeto a série, o inventário, na opinião de Heloísa Bellotto, dispensa
- (A) o registro da notação.  
 (B) a indicação de datas-baliza.  
 (C) a quantificação de unidades documentais.  
 (D) a elaboração de índices.  
 (E) as observações sobre arranjo.
- 
45. Em um trabalho pioneiro sobre instrumentos de pesquisa, publicado em 1976 pela revista *Arquivo & Administração*, Maria Amélia Porto Miguéis menciona o livro de Flávio Guerra – *Alguns documentos de arquivos portugueses de interesse para a história de Pernambuco: Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino* – como exemplo de
- (A) catálogo.  
 (B) repertório.  
 (C) inventário.  
 (D) guia.  
 (E) guia de fontes.
- 
46. Dizia Charles Braibant, em 1954, que o melhor meio de aproximar os estudantes dos fatos da história nacional seria mostrando a eles, por meio de documentos, a repercussão de tais fatos em sua região ou cidade. Iniciativas como esta são típicas, nas instituições arquivísticas, dos serviços
- (A) de micrografia.  
 (B) de referência.  
 (C) de apoio técnico.  
 (D) acadêmicos.  
 (E) educativos.
- 
47. Ao instrumento jurídico destinado a assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante nos registros e bancos de dados de entidades públicas dá-se o nome de
- (A) *habeas data*.  
 (B) *honoris causa*.  
 (C) *data venia*.  
 (D) data tópica.  
 (E) data crônica.
- 
48. De acordo com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações, é identificada como
- (A) objetividade.  
 (B) autenticidade.  
 (C) integridade.  
 (D) primariedade.  
 (E) disponibilidade.
- 
49. Considere, com base na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, as seguintes disposições:
- I. A cessação de atividades de instituições públicas e de caráter público implica o recolhimento de sua documentação à instituição arquivística pública ou a sua transferência à instituição sucessora.
- II. Competem aos arquivos do Poder Judiciário Federal a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Judiciário Federal no exercício de suas funções.
- III. Ficará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.  
 (B) I e II, apenas.  
 (C) I e III, apenas.  
 (D) II e III, apenas.  
 (E) I, apenas.



50. Segundo a Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário serão considerados
- (A) sigilosos.
  - (B) originais.
  - (C) vigentes.
  - (D) inalienáveis.
  - (E) imprescritíveis.
51. A microfilmagem de preservação implica a produção de três gerações de filme, a saber,
- (A) negativo vesicular, filme inutilizado e cópia de conservação.
  - (B) matriz de segurança, cópia de impressão e cópia de substituição.
  - (C) negativo, cópia de contato e cópia de distribuição.
  - (D) matriz figurada, cópia fotostática e cópia de referência.
  - (E) negativo matriz, matriz de segurança e cópia de consulta.
52. Constituem indicadores de qualidade do microfilme, entre outros elementos, o grau de opacidade e o grau de nitidez das imagens obtidas. Tais atributos são conhecidos, respectivamente, por
- (A) alinhamento e luminosidade.
  - (B) definição e cromia.
  - (C) densidade e resolução.
  - (D) enquadramento e foco.
  - (E) consistência e contraste.
53. O ICA-AtoM, programa de acesso à memória do Conselho Internacional de Arquivos (*International Council of Archives – Access to Memory*),
- (A) não é compatível com a norma *Dublin Core Metadata Element Set*, em sua versão 1.1.
  - (B) pode ser utilizado por pessoas físicas e jurídicas, mediante pagamento de taxa simbólica ao ICA.
  - (C) suporta apenas as normas de descrição elaboradas e aprovadas pelo ICA, a exemplo da ISAD(G) e da ISAAR(CPF).
  - (D) foi desenvolvido com ferramentas de código aberto, em lugar de utilizar *softwares* comerciais.
  - (E) é monolíngue (inglês), de modo a permitir compartilhamento universal dos dados inseridos.
54. A memória aleatória do computador é chamada
- (A) *SIMM (Single Inline Memory Module)*.
  - (B) *ROM (Read Only Memory)*.
  - (C) *LLC (Logical Link Control)*.
  - (D) *IC (Integrated Circuit)*.
  - (E) *RAM (Random Access Memory)*.
55. O e-ARQ Brasil define o objeto digital como uma ou mais cadeias de *bits* que registram o conteúdo do objeto e de seus metadados associados. De acordo com esta fonte, a anatomia do objeto digital é percebida em três níveis:
- (A) primário, secundário e terciário.
  - (B) físico, lógico e conceitual.
  - (C) corrente, intermediário e permanente.
  - (D) informacional, documental e arquivístico.
  - (E) matricial, fac-similar e duplicado.
56. Conforme Ingrid Beck, a restauração de documentos de arquivo é recurso que deve ser postergado em favor de ações de
- (A) obturação.
  - (B) reenfibragem.
  - (C) conservação preventiva.
  - (D) reforço de bordos.
  - (E) encapsulação.
57. A chamada síndrome do vinagre, assim denominada em razão do cheiro exalado pelos negativos fotográficos deteriorados, é típica dos filmes de
- (A) poliéster.
  - (B) nitrato.
  - (C) albumina.
  - (D) acetato.
  - (E) gelatina.
58. No caso de infestações causadas por insetos nos acervos de documentos em suporte-papel, recomenda-se o uso da
- (A) anoxia.
  - (B) hipertermia.
  - (C) hidroscoopia.
  - (D) trituração.
  - (E) maceração.
59. A fim de dotar uma imagem digital de informação sobre sua proveniência e características, de modo a proteger direitos de propriedade intelectual, utiliza-se
- (A) o carimbo digital de tempo.
  - (B) a autoridade de registro.
  - (C) a marca d'água digital.
  - (D) o identificador único.
  - (E) a mensagem eletrônica.
60. Dentre as siglas frequentemente utilizadas pelos arquivistas,
- (A) SIGAD significa Sistema de Informação e Gestão Administrativa de Documentos.
  - (B) ICP significa Infraestrutura de Chaves Públicas.
  - (C) CPD significa Centro de Produção de Documentos.
  - (D) AC significa Arquivo Certificado.
  - (E) PDF significa *Perfect Document Frame*.



**DISCURSIVA – REDAÇÃO**

**Atenção:** Na Prova Discursiva – Redação, a folha para rascunho é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora.

*A Declaração de Chapultepec é uma carta de princípios e coloca “uma imprensa livre como uma condição fundamental para que as sociedades resolvam os seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam a sua liberdade. Não deve existir nenhuma lei ou ato de poder que restrinja a liberdade de expressão ou de imprensa, seja qual for o meio de comunicação”. O documento foi adotado pela Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão realizada em Chapultepec, na cidade do México, em 11 de março de 1994.*

(<http://www.anj.org.br/programas-e-acoas/liberdade-de-imprensa/declaracao-de-chapultepec>)

Ainda que o Brasil tenha assinado a declaração em 1996 e renovado o compromisso em 2006, não é incomum a defesa de que limites deveriam ser impostos à liberdade de imprensa, mas até que ponto isso poderia ser feito sem prejuízo da liberdade de expressão e do direito à informação?

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

**Liberdade de imprensa, desenvolvimento da sociedade e direitos individuais**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	